



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0153536-4**

APELANTE: João Alves da Silva

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

115

ASSISTENTE DA PROMOTORIA: Waldomiro Evangelista

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. José Correia de Araújo

5461  
**EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO SIMPLES. RECURSO DA DEFESA. PRELIMINAR: NULIDADE POR CONTRADIÇÃO ENTRE AS RESPOSTAS AOS QUESITOS. SÉRIES DISTINTAS. HIPÓTESE NÃO CONFIGURADA. JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES. ELEMENTOS DE PROVA QUE SUBSIDIARAM A OPÇÃO DO JÚRI POPULAR POR UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. EXARCEBAÇÃO DA PENA. INEXISTÊNCIA. APLICAÇÃO DA PENA MÍNIMA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

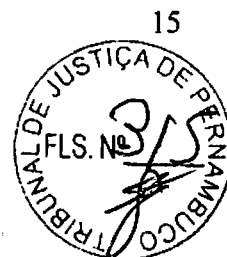
1. Não configura contradição nas respostas aos quesitos o fato de os jurados votarem, em séries distintas, pelo reconhecimento de qualificadora apenas em relação a um dos delitos.

2. Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos. Em obediência ao princípio da soberania dos veredictos, existindo nos autos duas versões, não é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão do Tribunal do Júri que acolhe, com base no conjunto probatório, umas das teses ventiladas.

hms



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**



3. Não há que se falar em exarcebação da pena, nem em ilegalidade na aplicação na reprimenda, quando esta foi fixada no mínimo e em obediência aos ditames legais.

4. À unanimidade, rejeitou-se a preliminar, e no mérito, negou-se provimento ao recurso.

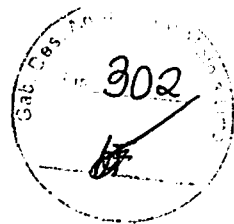
116

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 0153536-4, da Comarca de Camaragibe - PE, em que figuram, como apelante, João Alves da Silva e, como apelado, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 17/12/2009, por decisão unânime, em rejeitar a preliminar, e no mérito, negar provimento ao recurso, tudo conforme consta do relatório e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**117**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0153536-4**

**APELANTE:** João Alves da Silva

**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**ASSISTENTE DA PROMOTORIA:** Waldomiro Evangelista

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. José Correia de Araújo

**RELATÓRIO**

A Representante do Ministério Público do Estado de Pernambuco denunciou JOÃO ALVES DA SILVA, qualificado nos autos, pela prática dos tipos penais previstos nos artigos 121, § 2º, inciso II e 121, § 2º, inciso II, c/c art. 14, inciso II, c/c art. 69, todos do Código Penal Pátrio (homicídio qualificado por motivo fútil e tentativa de homicídio qualificado por motivo fútil em concurso material).

Acolhendo representação da autoridade policial, o MM. Juiz de Direito decretou a prisão preventiva em 20/05/1999.

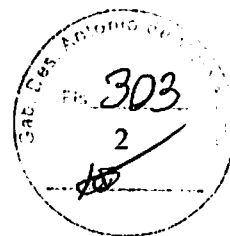
A denúncia foi recebida em 11/06/1999 (fl. 02).

Regularmente citado, conforme certidão de fl. 14v, o acusado foi interrogado em Juízo, às fls. 75/75v.

Defesa Prévia com rol de testemunhas à fl. 79.

Às fls. 81/82 consta pedido de revogação da prisão preventiva, ao qual a Representante do Ministério Público ofereceu parecer contrário (fl. 86), tendo o magistrado *a quo* deixado para apreciar o pedido após a audiência de oitiva das testemunhas arroladas na denúncia, conforme despacho de fl. 87.

O mandado de prisão expedido em desfavor do acusado foi cumprido em 05/08/1999, conforme certidão de fl. 87v.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**118**

Às fl. 90 consta comunicação advinda deste Egrégio Tribunal de Justiça, informando que concedida liminar requerida em sede de *habeas corpus* impetrado em favor do apelado, bem como que foi determinada a expedição de alvará de soltura (ou salvo conduto) em favor do mesmo. Liminar esta posteriormente confirmada por esta 3ª Câmara Criminal, conforme ofício de fl. 109.

Durante a instrução foram inquiridas a vítima sobrevivente, 07 (sete) testemunhas arroladas pela acusação e 03 (três) arroladas pela defesa (fls. 104/108 e 126/128v).

Após a oitiva das testemunhas arroladas pela Defesa, foi requerida pela Representante do *Parquet* a realização de acareação entre as três testemunhas arroladas pela Defesa, a vítima e duas das testemunhas arroladas pela acusação, o que foi deferido pelo MM. Juiz de Direito, realizando-se o ato em 07/11/1999, cujo termo consta às fls. 159/161.

Alegações Finais do Ministério Público às fls. 163/164, pugnando pela pronúncia do acusado nos termos da denúncia.

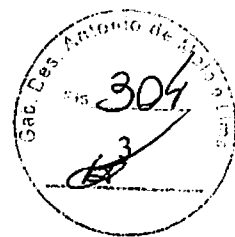
A defesa, por sua vez, apresentou suas razões finais à fl. 189, reservando-se no direito de adentrar no mérito da causa quando do julgamento pelo Plenário do Júri.

Sentença de Pronúncia às fls. 191/193.

Libelo-crime acusatório à fls. 196/197.

A Defesa reservou-se no direito de contrariar o libelo no Plenário do Júri (fl. 198v).

Em sessão realizada aos 23/08/2005, o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Camaragibe – PE, acolhendo em parte a tese do Ministério Público, condenou o réu João Alves da Silva, por homicídio qualificado pelo motivo fútil (art. 121, § 2º, inc. II), afastando, porém, esta mesma qualificadora em relação à tentativa de homicídio (fls. 234/236).



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**119**

Interrogatório do réu às fls. 231/233.

Quesitos e Termo de Julgamento às fls. 234/237.

Sentença às fls. 237/238, condenando o réu à pena privativa de liberdade 14 (quatorze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime integralmente fechado, sendo-lhe facultado o direito de apelar em liberdade.

Ata da sessão do Tribunal do Júri às fls. 240/241.

Inconformada, a defesa recorreu, ainda em plenário (fl. 241). Nas razões de fls. 261/263, alega nulidade do julgamento por contradição entre as respostas dos jurados aos quesitos, e requer a reforma da sentença, sob o fundamento de que houve injustiça na aplicação da pena.

Contra-razões do Ministério Público às fls. 267/271, pugnando pelo não conhecimento da preliminar, e no mérito, pelo não provimento do apelo.

A Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do Dr. José Correia de Araújo, opinou pelo improvimento do recurso

É o relatório. À Doutra Revisão.

Recife, 10 de junho de 2008.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



4

120

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0153536-4**

APELANTE: João Alves da Silva

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

ASSISTENTE DA PROMOTORIA: Waldomiro Evangelista

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. José Correia de Araújo

**VOTO DO RELATOR**

**Da preliminar de nulidade**

Embora não o diga explicitamente, a defesa alega inicialmente a ocorrência de contradição entre as respostas dos Jurados aos quesitos, em razão de terem reconhecido, na 1ª série, a motivação fútil para o crime de homicídio consumado e, na 2ª série, negado a mesma qualificadora para o delito de homicídio tentado.

Tendo em vista que a contradição entre as respostas aos quesitos é causa de nulidade do julgamento (art. 564, parágrafo único, do CPP<sup>1</sup>) prejudicando, assim, o mérito da causa, entendo que a matéria deve ser analisada em sede de preliminar.

O Ministério Público, nas contra-razões de fls. 267/271, pugna pelo não conhecimento da preliminar, em razão de o defensor do apelante ao manifestar seu desejo de apelar tê-lo fundamentado tão-somente na alínea “d”, do inciso III, do art. 593, CPP (decisão manifestamente contrária à prova dos autos), só tendo alegado nulidade do julgamento quando do oferecimento das razões.

<sup>1</sup>“Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:  
(...)”

Parágrafo único. Ocorrerá ainda a nulidade, por deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e contradição entre estas.”



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



121

Contudo, em que pesem as alegações da zelosa Promotora de Justiça, entendo que o simples fato da Defesa não ter mencionado o dispositivo legal em que funda a alegação de nulidade não obsta o seu conhecimento, porquanto está implicitamente definido nas razões do recurso o referido fundamento do apelo.

Em obediência ao princípio da ampla defesa, entendo que a ausência de tal formalidade não impede o conhecimento do recurso. Neste sentido, colacionando o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

**“(...) 7. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, contudo, é firme em que o suporte legal da apelação no Júri pode ser definido nas razões, explícita ou implicitamente, em obséquio mesmo da garantia do direito à ampla defesa, que o é com todos os recursos a ela inerentes. 8. “O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.”(Súmula do STF, Enunciado nº 713).(…)(REsp 770.411/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 06/06/2006, DJ 05/02/2007 p. 416)**

Desta forma, conheço da preliminar e passo a aprecia-la.

Entendo, porém, não assistir razão à defesa.

Vejamos.

Como sabido, não se admite a alegação de contradição entre as respostas dos jurados quando se tratar de séries diversas.

Na hipótese, os jurados entenderam que houve motivo fútil no crime de homicídio consumado, mas não com relação ao mesmo delito em sua forma tentada. Embora os delitos tenham ocorrido em um mesmo contexto, trata-se de crimes diversos, contra vítimas diferentes e julgados em séries distintas, razão pela qual não se pode exigir que os jurados entendem da mesma maneira com relação a ambos os delitos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



122

Neste sentido é o seguinte julgado Supremo Tribunal Federal:

“(…) 1. Tratando-se de crimes de homicídio praticados em co-autoria e sendo três as vítimas, infere-se incensurável a quesitação formulada em séries atinentes a cada acusado e referentes a cada vítima, inclusive acerca da qualificação pelo motivo fútil. 2. **Não configura contradição nas respostas aos quesitos o fato de os jurados votarem, em séries distintas, pelo reconhecimento de qualificadora apenas em relação a um dos co-réus.** O que não se admite é a contradição entre quesitos de uma mesma série. (...)” (Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 80534/RJ. Relator Min. Maurício Corrêa. Órgão Julgado : Segunda Turma. Julgado em 18/09/2001).

Por outro lado, a quesitação foi feita corretamente em séries distintas para cada uma das vítimas, inclusive no que diz respeito à qualificadora por motivo fútil, conforme se afere às fl. 234, não havendo, pois, que se falar em contradição entre as respostas dos jurados.

Ademais, entender que o Júri deve necessariamente julgar de forma idêntica crimes diversos, ainda que tenham ocorrido num mesmo contexto, seria uma afronta ao princípio do livre convencimento do Conselho de Sentença, como juiz natural dos delitos contra a vida.

Assim considerado, **rejeito a preliminar.**

Recife, 17 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**



123

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0153536-4**

**APELANTE:** João Alves da Silva

**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**ASSISTENTE DA PROMOTORIA:** Waldomiro Evangelista

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. José Correia de Araújo

**VOTO DO RELATOR**

**No mérito**

Srs. Desembargadores,

Trata-se de recurso de apelação interposto por JOÃO ALVES DA SILVA, contra decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Camaragibe – PE, que o condenou por infração aos tipos penais previstos nos artigos 121, § 2º, inciso II, e 121, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Pátrio (homicídio qualificado por motivo fútil e tentativa de homicídio simples)

A defesa técnica ampara seu recurso no art. 593, inciso II, alínea “b” e “c”, do CPP<sup>2</sup>, contudo, em apertada síntese, alega que o julgamento foi manifestamente contrário à prova dos autos, que foi violada regra de aplicação da pena e, ainda, que a pena aplicada não corresponde à realidade fática e jurídica dos autos.

Cuido, porém, que o apelo não deve prosperar.

---

<sup>2</sup> Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

(...)

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

(...)

b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados;

c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança;

---



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



124

Conforme a denúncia, o apelante, no dia 29 de dezembro de 1998, por volta das 13h, na Granja Joá, município de Camaragibe, utilizando-se arma de fogo, disparou contra a vítima Stenyo Neyva de Marques Moreira, adolescente de 17 anos de idade, atingindo-o na cabeça, o qual, em decorrência do ferimento, veio a falecer três dias após o fato, conforme perícia tanatoscópica de fls. 41/41v. Em seguida o apelante tentou ceifar a vida de Carlos Alberto Alves, também de 17 anos de idade, não conseguindo seu intento por circunstâncias alheias a sua vontade, pelo fato de a vítima ter conseguido se evadir apesar de atingido por um projétil, sofrendo apenas ferimento lese, conforme laudo traumatológico de fls. 43/43v.

Ainda segundo a exordial acusatória, o crime foi praticado pelo fato de o acusado ter surpreendido as vítimas cortando pedaços de madeira (sambaqui) para fazer gaiolas na granja Joá, local onde o ora apelante trabalhava como vigilante.

Infere-se dos autos a existência de duas versões a respeito do ocorrido, a da acusação apontando o apelante como autor do fato típico, e a do acusado, negando a autoria delitiva.

Como sabido, no ordenamento jurídico brasileiro prevalece o princípio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII da Constituição Federal) e, sendo assim, a decisão do Tribunal do Júri só deixará de prevalecer quando arbitrária, integralmente dissociada da prova dos autos.

Contudo, não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que opta por uma das versões, desde que não seja inteiramente divorciada do acervo probatório. E assim o é porque ao Tribunal do Júri, como juiz natural, cabe a escolha dentre as teses levantadas, acolhendo aquela que lhe pareça mais adequada.

*In casu*, o apelante nega a autoria delitiva e arrolou testemunhas que confirmam, ainda que em parte, sua versão. Contudo a vítima sobrevivente e as testemunhas arroladas pela acusação corroboram a versão trazida na inicial acusatória.

Vejamos.

  
hms



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

125

Perante o Plenário do Júri, o apelante declarou:

“QUE os fatos descritos na denúncia são totalmente inverídicos; QUE o depoente não efetuou disparos de arma de fogo contra as vítimas no dia descrito na denúncia. QUE o depoente no dia dos fatos descritos na denúncia, estava em frente à casa grande da Granja “Joá” entregando material de construção aos pedreiros, que construíam um “serve-serve” de água; QUE por volta das 13:00 horas do dia referido na denúncia o depoente não escutou qualquer disparo de arma de fogo naquele local; (...) QUE no momento dos fatos referidos na denúncia, se encontrava na granja “Joá” uns quatro ou cinco pedreiros e entre dez a quinze funcionários da granja (rendeiros); QUE foram exatamente os pedreiros que socorreram a vítima fatal e comunicaram ao depoente sobre o socorro, mas o depoente não chegou a ver a vítima ferida; (...)” (fls. 231/233)

A vítima sobrevivente, bem como as testemunhas, *de visu*, arroladas pela acusação são veementes em apontar o apelante como autor do fato típico descrito na denúncia:

“QUE são verdadeiros os fatos da inicial; QUE estava com seu amigo Estenio, vítima fatal, tirando madeira na Granja Joá, na hora dos fatos quando foram surpreendidos pelo acusado; (...) QUE quando o acusado os surpreendeu, foi dizendo: “Epa, rapaz, bora saindo daí”; QUE em seguida o acusado atirou e atingiu a vítima fatal que estava perto do declarante; QUE viu o Estenio cair, e então o declarante fugiu correndo e o acusado ainda efetuou um segundo disparo; (...) QUE ao sair da mata o declarante ainda olhou para trás e viu o acusado com uma espingarda doze na mão; QUE reconhece o acusado nesta audiência como o autor dos disparos; (...) QUE pode reconhecer o acusado, pois quando o viu após a fuga o declarante estava em cima de um barreira e pode ver o acusado lá embaixo com a arma na mão; (...)”

(Carlos Alberto Alves – vítima sobrevivente, às fls. 104/105)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



“QUE já estavam há meia hora na mata quando de repente o declarante viu a aproximação do acusado, que falou: “Epa rapaz” e foi logo atirando; (...) QUE antes de começarem a correr o acusado já havia atirado duas vezes, pois os tiros foram seguidos; QUE o acusado ainda perseguiu os jovens e o declarante pode ver seu rosto mais uma vez; (...) QUE o declarante já conhecia o acusado de vista, e sabia que ele era vigia da granja Joá; (...)”  
(Marcos Paulo Alves, às fls. 105/106)

QUE fazia pouco tempo que estavam na mata na hora dos fatos quando de repente o acusado chegou falando: “O que é isso aí” e foi logo atirando; QUE na fuga ainda foram perseguidos pelo acusado que tentou encurrala-los na saída da mata; QUE pôde tornar a ver o rosto do acusado; QUE já conhecia de vista e sabia que ele era vigia da granja; (...)”  
(Alexandre dos Santos França, às fls 106/106v)

De outro lado, uma das testemunhas arroladas pela acusação, o Sr. José Nazaré Pinto Lisboa, proprietário da granja e empregador do réu, bem como as testemunhas arroladas pela defesa, negam a versão trazida na denúncia.

“(...) QUE é empregador do acusado há dois anos; (...) QUE na hora dos fatos o acusado estava trabalhando normalmente, inclusive ainda armado; QUE o depoente também estava na granja na hora dos fatos e não escutou nenhum tiro; QUE algumas horas após o fato percebeu a chegada da polícia e foi então que soube que havia gente ferida na mata; (...)”  
(José Nazaré Pinto Lisboa, às fls. 107v/108).

“(...) QUE o depoente tomou conhecimento do fato narrado na denúncia vez que ele foi uma das pessoas que procurou socorrer as vítimas; QUE na localidade os comentários apontam o acusado como sendo o autor dos disparos que atingiram os dois menores, no entanto sabe dizer que no dia do fato o acusado estava com o depoente fazendo a conferência do material; QUE a conferência do material se deu entre as trezes horas e treze e quarenta da tarde; (...)”



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**127**

QUE o depoente não chegou a ouvir os disparos; (...) QUE no dia do crime por volta das treze horas o depoente estava pegando cerâmica; QUE a cerâmica o depoente pegava na garagem da granja sendo que toda conferência era feita pelo acusado; (...)”  
(José Chakib de Lima, às fls.126v/127v)

“(...) QUE o depoente sabe dizer que no dia do fato o depoente estava fazendo a conferência de material com a presença do acusado, vez que o mesmo era o responsável; QUE por volta de uma e quarenta para duas horas o depoente avistou o carro da polícia entrando na granja que de imediato soltou os materiais e foi ver o que tinha ocorrido; (...)”  
(José Hilton da Silva, às fls. 127v/128)

“(...) QUE o comentário que corre na localidade é que o autor do crime narrado na denúncia é o causado; QUE sabe dizer que no dia do fato por volta de uma e quarenta o mesmo tinha ido pegar material com o acusado, vez que este era o responsável; QUE após uns dez minutos quando o depoente ia em direção da construção com o material avistou uma viatura da polícia entrando pela granja; QUE em seguida o depoente procurou saber o que tinha ocorrido e se dirigiu até o local onde estava a viatura; QUE quando chegou no local um dos policiais já vinha trazendo um dos meninos atingido no braço e pediu para o depoente quebrar a cerca para socorrer a vítima; (...) QUE não chegou a ouvir nenhum disparo; (...) QUE sabe dizer que o local onde ocorreu o crime fica distante do local do trabalho do acusado, bem como que o local do trabalho do acusado fica próximo do local do trabalho do depoente; (...)”  
(Sebastião Pedro da Silva, às fls. 128/128v)

Como se pode ver, afere-se dos autos a existência de duas versões a respeito do ocorrido. Em situações como esta, cabe tão-somente aos jurados analisar as provas e acolher a versão que mais lhes pareça verossímil.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



128

No caso presente, a tese acolhida pelo Conselho de Sentença foi, em parte, a mesma sustentada pela *Parquet* durante toda a instrução criminal, bem como perante o Plenário do Júri.

A vítima sobrevivente, bem como duas testemunhas *de visu* foram veemente em apontar o réu como o autor do delito, confirmando, assim, a versão descrita na denúncia e acolhida pelos Jurados.

Desta forma, se há nos autos duas versões sobre o fato típico, optando o Conselho de Sentença por uma destas, torna-se impossível a anulação do veredicto, já que tal procedimento só é admissível quando a decisão dos jurados for totalmente arbitrária e dissociada do conjunto probatório.

Neste sentido:

**“(...) Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, optam por uma das versões apresentadas (...)”.** (Resp 680.286/AP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20.03.2007, DJ 14.05.2007 p. 374). Destaquei.

No que concerne a *quantum* da pena aplicada, melhor razão não assiste ao recorrente. Não há qualquer ilegalidade ou injustiça na dosimetria da pena, como afirma a defesa, ao contrário, o réu foi extremamente beneficiado.

O Juiz Sentenciante, considerando as circunstâncias judiciais como favoráveis ao apelante, **fixou a pena-base em seu mínimo legal**. Para o delito de homicídio qualificado, a pena de 12 (doze) anos de reclusão. Em relação ao crime de homicídio simples tentado, fixou em 06 (seis) anos de reclusão a pena-base, a qual foi diminuída na fração máxima prevista no art. 14, II, parágrafo único do CPB (tentativa), qual seja, 2/3 (dois terços), perfazendo um total de 02 (dois) anos de reclusão.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



Embora tenha sido reconhecida pelo Conselho de Sentença uma circunstância atenuante em favor do réu, a mesma não foi aplicada, em razão da pena-base ter sido fixada no mínimo. Ausentes circunstâncias agravantes ou outras causas de aumento ou diminuição de pena, restou, então, o réu condenado à pena privativa de liberdade, concreta e definitiva, de 14 anos de reclusão, em total conformidade com os ditames legais, pelo que não carece de qualquer reforma, neste ponto, a sentença guerreada.

Verifico, porém, que o regime de cumprimento de pena imputado ao apelante fora o integralmente fechado, o qual deve ser modificado para o inicialmente fechado, tendo em vista a alteração do § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072/90 (Crimes Hediondos), feito pela Lei 11.464 de 28/03/2007.

Por todo o exposto, em conformidade como o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao presente recurso, modificando, contudo, de ofício, o regime de cumprimento de pena para o inicialmente fechado.**

**É como voto.**

Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão e guia de recolhimento.

Recife, 17 de Abril de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**



130

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0153536-4**

**COMARCA:** Camaragibe – 1ª Vara  
**APELANTE:** João Alves da Silva  
**APELADO:** Ministério Público Estadual  
**PROCURADOR:** Dr. José Correia de Araújo  
**ÓRGÃO JULGADOR:** Terceira Câmara Criminal  
**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima  
**REVISOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de recurso de Apelação interposto por JOÃO ALVES DA SILVA, qualificado nos autos, contra decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Camaragibe, que o condenou por infração aos tipos penais previstos nos arts. 121, §2º, I e 121, *caput* c/c art. 14, II, todos do Código Penal (homicídio qualificado por motivo fútil e tentativa de homicídio simples).

A Defesa alega, em síntese, que o julgamento do Conselho de Sentença foi manifestamente contrário à prova dos autos, sendo a pena aplicada não correspondente à realidade fática dos autos.

A Sentença Condenatória de fls. 237/238 condenou o ora Apelante à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, sendo-lhe facultado o direito de apelar em liberdade.

**Preliminar de Nulidade**

A Defesa do Apelante JOÃO ALVES DA SILVA, embora não diga claramente, alega, em preliminar, a ocorrência de contradição nas respostas dos jurados aos quesitos da 1ª série, onde foi reconhecido o motivo fútil para o crime de homicídio consumado, sendo negado, na 2ª série, a mesma qualificadora para o delito de tentativa de homicídio.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

**131**

A Promotoria de Justiça do 1º grau pugnou, nas suas Contrarrazões, pelo não conhecimento da preliminar, entretanto, em obediência ao Princípio da Ampla Defesa, entendo que a mesma deve ser conhecida e examinada.

**Não assiste razão à Defesa.**

Como se sabe, a doutrina e a jurisprudência são pacíficas em não admitir a alegação de contradição entre as respostas dos jurados quando essas mesmas respostas estão em séries diversas, referentes a crimes diversos.

No caso dos autos, os jurados entenderam que houve motivo fútil no crime de homicídio consumado, não ocorrendo o mesmo em relação ao delito em sua forma tentada.

Não configura contradição nas respostas aos quesitos, o fato dos jurados votarem, **em séries distintas**, de forma diferente em relação ao reconhecimento da qualificadora. O que não se admite é a contradição entre quesitos **de uma mesma série**. Precedentes do STJ e do Supremo Tribunal Federal.

**Pelo exposto, rejeito a preliminar.**

**Mérito**

Quanto ao mérito, o Apelo também não merece prosperar.

Conforme a denúncia, o Apelante JOÃO ALVES DA SILVA, no dia 29 de dezembro de 1998, pelas 13h, na Granja Joá, no município de Camaragibe, utilizando-se de arma de fogo, disparou contra a primeira vítima, o adolescente STENYO NEYVA DE MARQUES MOREIRA, atingindo-o na cabeça, vindo o mesmo a falecer três dias depois, conforme a Perícia dos autos. Após a primeira ação delituosa, o Apelante tentou matar CARLOS ALBERTO ALVES,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

**132**

também adolescente de 17 (dezessete) anos, não conseguindo o seu intento por circunstâncias alheias a sua vontade, pois o menor conseguiu se evadir do local dos fatos, apesar de atingido por um tiro, que lhe causou apenas ferimento leve, conforme o Laudo Traumatológico de fls. 43 e verso.

Ainda segundo a Denúncia, os delitos foram praticados em face de ter o acusado, ora Apelante, JOÃO ALVES DA SILVA surpreendido os dois adolescentes cortando madeira da Granja Joá, para fazer gaiolas. O Apelante trabalhava como vigilante na referida Granja.

O acusado nega a autoria dos fatos, inclusive em Plenário do Júri.

No caso presente, a tese acolhida pelo Conselho de Sentença foi a sustentada pelo Ministério Público em toda a Instrução criminal, bem como em Plenário.

A vítima sobrevivente CARLOS ALBERTO ALVES, bem como as duas testemunhas presenciais foram veementes em apontar o acusado, ora Apelante, como o autor dos delitos, confirmando integralmente a versão descrita na Denúncia e finalmente acolhida pelos Jurados.

Desta forma, havendo nos autos duas versões sobre os fatos típicos, escolheu o Conselho de Sentença uma delas, absolutamente presente no conjunto probatório, o que torna impossível a anulação do julgamento, pois tal procedimento só se concretiza quando a decisão dos Jurados for totalmente arbitrária e dissociada dos elementos de prova colhidos no Processo. Precedentes do STJ e do Supremo Tribunal Federal.

Nada a corrigir também a respeito da dosimetria da pena.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

133

O Juiz sentenciante fixou a pena-base no mínimo legal, considerando as circunstâncias judiciais favoráveis ao Apelante. Em relação ao crime de homicídio simples, fixou em 06 (seis) anos a pena-base, diminuindo-a na fração máxima prevista no art. 14, II, parágrafo único do CP, qual seja, 2/3 (dois terços).

A modificação a ser feita diz respeito ao cumprimento da pena, o qual deve ser modificado para o inicialmente fechado, tendo em vista a alteração trazida pela Lei 11.464/07.

Por todo o exposto, em conformidade com o Parecer da douda Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao apelo**, modificando apenas, de ofício, o regime de cumprimento da pena, como já referido.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

**Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor**